

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E DITADOS POPULARES: A NATUREZA DOS SABERES

IDIOMS AND SAYINGS: THE NATURE OF KNOWLEDGES

Miriam Lemle¹
IN MEMORIAM

Isabella Lopes Pederneira²

RESUMO

Ditados e expressões idiomáticas assemelham-se por serem constituídos por sentenças cuja leitura literal não é a pretendida. A omissão do agente nos idiomas permite a leitura semântica do sintagma verbal, mas a mesma operação destrói totalmente a natureza do ditado. Além disso, no ditado, o intuito extralinguístico de aconselhamento ou valoração moral é uma parte integrante do significado. É surpreendente como a semelhança moral pode ser expressa através de estruturas morfossintáticas e preenchimentos lexicais cuja tradução literal pode ser muito diversa, porém obedece a uma pauta universal estruturada com uma lógica, também universal, que se assemelha à da Gramática Universal. Neste trabalho, assumimos uma teoria modular da mente: o significado de uma expressão idiomática e o julgamento de um tipo de comportamento presente nos ditados populares são provenientes de módulos distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura e leitura; leitura semântica e moralidade; saberes linguísticos e sabedorias.

ABSTRACT

Proverbs and idiomatic expressions resemble themselves as being composed of sentences whose literal reading is not intended. The omission of the agent in the languages allows the semantic reading of the verbal phrase, but the same operation totally destroys the nature of proverbs. Moreover, in proverbs, the extralinguistic intent of counseling or moral valuation is an integral part of meaning. It is surprising how moral similarity can be expressed through morphosyntactic structures and lexical fills whose literal translation may be very diverse, but obeys a universal pattern structured with a logic, also universal, that resembles Universal Grammar. In this work, we assume a modular theory of mind: the meaning of an idiomatic expression and the judgment of a type of behavior present in proverbs come from different modules.

KEYWORDS: structure and reading; semantic and morality readings; linguistic knowledge and wisdom.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Professora Emérita da UFRJ.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Letras Vernáculas. Contato: isabellapederneira@letras.ufrj.br.

1. Introdução

Uma característica central da teoria da gramática gerativa é a de que a capacidade humana de linguagem é considerada como proveniente da configuração genética e alocada na mente/cérebro. O inatismo, que está na base dessa teoria, afasta-nos da noção de mente como uma tabula rasa e, portanto, de teorias behavioristas (SKINNER, 1953, 1957) e construtivistas (PIAGET, 1959). O saber de língua é visto como um sistema de competência específico que emerge na mente de uma criança, independentemente de ensino regular, desde que ela seja exposta aos assim chamados “dados primários”, os da fala cotidiana que aparecem naturalmente no convívio social. Segundo essa hipótese, nos seus primeiros anos de vida, a simples exposição à fala faria eclodir, na criança, as opções estruturais necessárias para a fixação da gramática da língua de sua comunidade. Essa teoria da aquisição requer uma teoria da gramática na qual a parte universal será extremamente poderosa e capaz de prever a rapidez e facilidade com a qual as crianças “normais” aplicam a gramática de uma maneira gerativa, ou seja, capaz de produzir um número infinito de sentenças e decidem quais são os parâmetros – possibilidades estruturais – da gramática de sua língua. Esta concepção de gramática está ancorada na ideia de módulos e submódulos mentais e observaremos dados que confirmem esta hipótese.

O objetivo deste artigo é contribuir para o esclarecimento da diferenciação indispensável entre expressões idiomáticas e ditados populares. Esta diferença é fundamental, considerando a forte característica modular da teoria gerativa. Para gerar expressões da língua, a operação sintática básica é concatenar, ou seja, juntar itens sintáticos a fim de formar sintagmas complexos e sentenças. Em modelos de gramática do gerativismo, a sintaxe é o componente gerativo, enquanto que a semântica e a fonologia são, nesta teoria modularista, módulos interpretativos. As interpretações, ou seja, os cálculos que a semântica e a fonologia devem fazer podem ser composicionais ou idiomáticos. Por exemplo, o conhecimento necessário para compreendermos o significado de “João chutou a bola” é saber o que significa “chutar” e o que significa “bola”, bem como dominar o cálculo da operação sintática “juntar palavras”. O resultado deste cálculo é uma leitura composicional, ou seja, um cálculo básico das partes lexicais de um sintagma.

Se mudarmos a palavra “bola” pela palavra “balde”, obteremos uma sentença ambígua: com leitura composicional, a sentença descreve um pontapé dado num balde; porém, idiomáticamente, o VP “chutar o balde” nessa construção significa também “desistir”. O

módulo em que se encontra esta informação é o da Linguagem (FODOR, 1983). Isto se deve ao fato de que, para interpretar uma expressão idiomática, são suficientes as ferramentas disponíveis no módulo responsável pelos mecanismos linguísticos, tais como sintaxe, semântica e fonologia.

Diversamente, o conhecimento necessário para a compreensão adequada de um ditado popular, tal como “a ocasião faz o ladrão” diz respeito a um tipo de comportamento; e o módulo em que se encontra esta informação, que é sobre comportamento, não é puramente gramatical, pois trata-se de um conteúdo que necessita considerar o submódulo pragmático, em que estão contidas regras, muitas vezes morais, do mundo. Em alguns modelos de gramática gerativa, como a Morfologia Distribuída (MARANTZ- 1997), a pragmática é uma interpretação que requer um conhecimento de mundo do falante que a pura gramática (sintaxe) não possibilita atingir. O cálculo composicional das partes dessa sentença não é suficiente para atingirmos o seu valor mais específico, que é o valor moral. Desta maneira, Marantz (1997) considera a Lista 3 (próxima seção), chamada de Enciclopédia, para determinar a interpretação de uma sentença em qualquer língua natural.

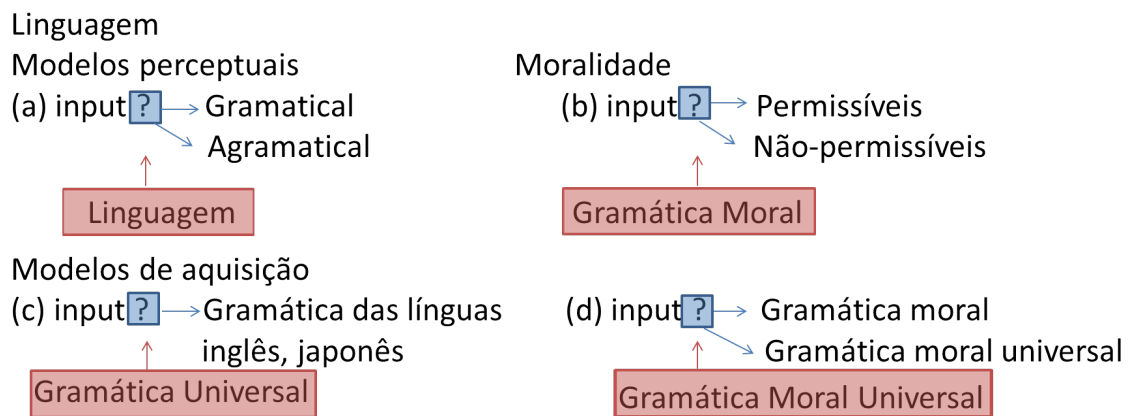
Com o intuito de distinguir as duas noções mencionadas acima, neste trabalho, assumimos uma teoria modular da mente (CHOMSKY, 1965; FODOR, 1983). A relevância epistemológica dos exemplos acima é que eles são provenientes de módulos distintos. O significado de uma expressão idiomática pertence ao campo do conhecimento de língua. Porém, a percepção ativada nos ditados populares é concernente a uma avaliação que considera também o comportamento. Em suma, existem dois mecanismos mentais inteiramente distintos: por um lado, a percepção de leitura idiomática, que é o resultado de julgamentos semânticos composicionais, numa interface sintaxe-semântica e, por outro lado, a compreensão de ditados populares, que é o resultado de julgamentos morais, pertencentes ao submódulo da pragmática, que requer, além do conhecimento proveniente da interface sintaxe-semântica, uma interpretação que considere fatos do mundo. Para isso, é necessária a ideia defendida pelos gerativistas que é a ideia de modularidade da mente. Esta ideia, proveniente de uma tradição que considera a linguagem como um órgão da biologia humana, defende a concepção de que a mente humana é constituída de módulos cognitivos, responsáveis por tarefas específicas e que possuem autonomia. Assim como há um módulo específico para a visão, existe um módulo específico responsável pela linguagem. Este módulo da linguagem possui subpartes responsáveis por tarefas específicas, como sintaxe, semântica, fonologia e pragmática.

Esta opção teórica pela modularidade da mente implica uma postura analítica que direciona este estudo para uma perspectiva diversa da dos estudos provenientes da Lexicografia/Lxicologia tradicionais, uma vez que estas não dão importância para a modularidade.

No mundo das ciências cognitivas, esta separação de conhecimentos precisa ser assumida ao admitirmos uma teoria dotada de diferentes sistemas cognitivos denominados módulos. O módulo linguístico (JACKENDOFF, 1996) é denominado gramática, e é o responsável pelo nosso conhecimento e geração de palavras e sentenças gramaticais. Note-se que com essa descrição estamos tratando o nosso sistema mental do conhecimento de língua como um objeto da área da biologia. O que está sendo, portanto, proposto é que a mente humana é dotada de um órgão especificamente humano cuja função é a de permitir a exteriorização do pensamento. O órgão normalmente utilizado para esta função é o órgão da fala/audição. No caso de uma falta no órgão da audição, a capacidade de exteriorização do pensamento é transferida para o sistema gestual-visual, de onde emerge a conexão entre a linguagem no cérebro e o sistema motor de exteriorização que funciona por via de línguas de sinais.

Esta abordagem biologicamente fundamentada do conhecimento teve uma rica arquitetura proposta por Noam Chomsky a partir dos anos 50, em uma vasta obra em que ele chamou a forma da gramática das línguas humanas de gramática gerativa. A expressão frisa a capacidade da nossa mente de gerar um número infinito de sentenças a partir de um número finito de regras. Note-se que essa capacidade a nossa mente possui por pura obra da natureza.

Considerando a modularidade da mente, alguns autores provenientes da tradição filosófica construíram um paralelo para critérios morais, confeccionando uma arquitetura para a moralidade humana tal como a linguagem é defendida por cognitivistas gerativistas. A capacidade moral defendida por Mikhail (2007) distingue entre comportamentos permissíveis e não-permissíveis e pode ser abordada de maneira semelhante à capacidade gramatical, se considerarmos que a entrada desordenada de dados primários precisa ser, em ambos os casos, submetida a uma filtragem na fase de aquisição da linguagem/moralidade que separe os casos gramaticais/permitidos dos agramaticais/não permitidos. Esta comparação pode ser vista graficamente no esquema em Mikhail (2007):



Quadro 1: comparação entre as gramáticas da língua e da moral (MIKHAIL, 2007)

O objetivo de uma teoria moral formulada em termos computacionais, como propõe John Mikhail, é explicar o conhecimento moral a partir de uma análise empírica, precisa e formal das intuições morais. Segundo o autor:

uma hipótese da gramática moral defende que indivíduos comuns são advogados intuitivos, que possuem um conhecimento tácito ou inconsciente de uma rica variedade de regras, conceitos e princípios jurídicos, bem como uma predisposição natural para computar representações mentais dos atos e omissões humanos em termos jurídicos conhecidos. (MIKHAIL, 2009)

Importante notar que as pretensões universalistas do autor não ignoram as divergências culturais fundamentais entre as mais diversas concepções da moral, assim como a tradição da linguística gerativa não ignora os parâmetros que diferenciam uma língua natural de outra. No entanto, os universalistas, sejam do campo da linguística ou da filosofia moral, partem do princípio de que a mente humana não é uma “tela em branco” à espera da assimilação da capacidade moral através da convivência social, como defendiam Piaget ou Skinner, mencionados acima. Ao contrário, a crença é a de que há fortes evidências da existência de princípios universais e imutáveis inscritos na faculdade moral humana cujos parâmetros dariam margem às possíveis variações culturais. Esta hipótese defende a ideia de que a estrutura cognitiva humana inata permite e, ao mesmo tempo, limita a aquisição do conhecimento moral, assim como a estrutura cognitiva linguística é preexistente e condiciona o conhecimento dos idiomas existentes.

Assim, a analogia linguística permite explorar a natureza das propriedades, mecanismos e parâmetros desta estrutura cognitiva necessária à aquisição do conhecimento moral em geral. Desta maneira, acredita-se que será possível determinar se existe uma gramática moral

universal, que delimita o espectro de desenvolvimento das possíveis “morais” culturais. A existência de princípios universais inatos de aquisição e aplicação do conhecimento moral seria importante na compreensão das razões e as formas pelas quais ocorrem as variações culturais da moral, e em que grau ela é possível. Veremos a importância e aplicação linguística desses universais morais com os dados de língua que vamos analisar.

Os dados a serem analisados são de dois tipos: ditados populares, que são proposições, e expressões idiomáticas, que são VPs (sintagmas verbais) com significados especiais.

Para os ditados, existem formas moralmente equivalentes de uma língua para a outra, intrigantemente diversas do ponto de vista linguístico, o que os torna um novo tema muito provocante.

O propósito do presente trabalho é mostrar que o *locus* relevante para a compreensão das expressões idiomáticas e dos ditados não é o mesmo e que o princípio de universalidade em um sentido amplo é útil para analisarmos dados linguísticos e do mundo. A compreensão das expressões idiomáticas está na interface sintaxe-semântica – e o valor dos ditados está na interface semântica-pragmática. A pragmática, neste trabalho, é um submódulo responsável por possibilitar a interpretação de dados linguísticos que estão além da interpretação de constituintes automática da gramática.

2. O confronto teórico na linguística

Dois modelos alternativos da mente podem ser cotejados a partir deste estudo de dados. Para a Gramática Gerativa, a sintaxe entrega seu *output* para a semântica, um módulo não gerativo, que somente interpreta a sintaxe. Para a Linguística Cognitiva, não há módulos e, portanto, não existe uma hipótese quanto à ordem entre os componentes da gramática (FERRARI, 2011). Os dados que entram neste estudo são, para nós, de dois tipos: por um lado, expressões idiomáticas cujo núcleo é o verbo, e, por outro, ditados populares. O ponto polêmico é a própria possibilidade de dividirmos estas duas classes. O que nos dá a certeza de que a divisão existe é que o ponto de leitura relevante para as expressões idiomáticas é a semântica da língua, independentemente do que venha a ser feito com ela no uso discursivo. Até mesmo sabemos qual é a delimitação máxima possível para a leitura semântica de expressões idiomáticas: dentro do VP, abaixo do agente (MARANTZ, 1997).

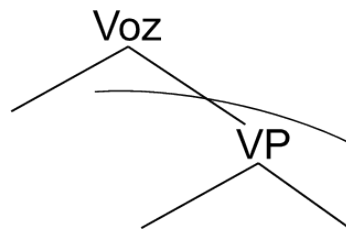


Figura 1: Fronteira para a leitura especial em expressões idiomáticas (MARANTZ, 1997)

Em uma sentença com leitura composicional, o agente é sempre lido composicionalmente. Em uma sentença cujo predicado tem leitura idiomática, o agente continua sendo lido composicionalmente. Ou seja, o agente nunca participa do processo de idiomatização.

Na Morfologia Distribuída, o léxico é substituído por listas distribuídas, acessadas ao longo da derivação:

ESQUEMA DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

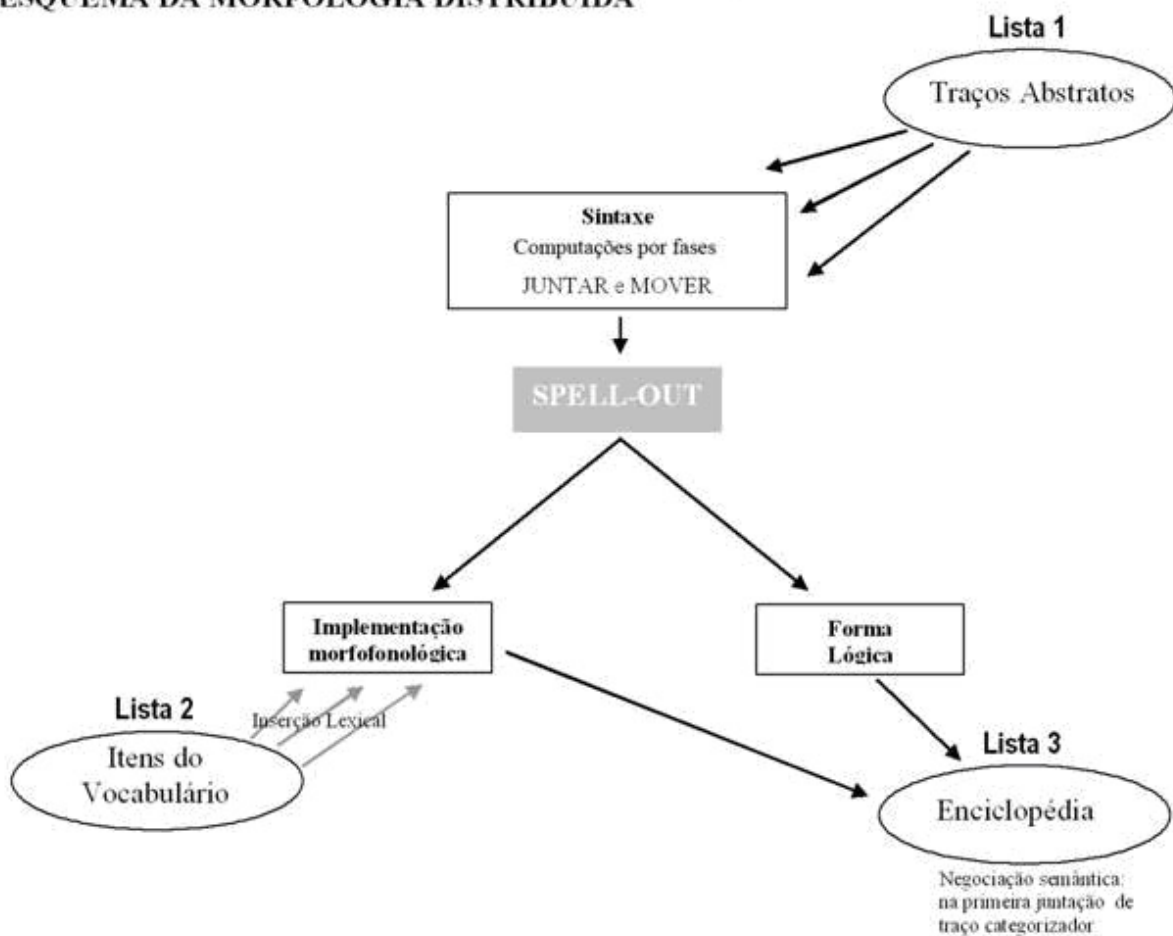


Figura 2: Modelo da Morfologia Distribuída.

A Lista 1 (ou Traços abstratos) fornece as raízes atômicas e morfemas gramaticais abstratos para o sistema computacional. Os conjuntos de morfemas gramaticais abstratos são determinados pela Gramática Universal e talvez por princípios particulares a cada língua.

A Lista 2 (ou Vocabulário) fornece as formas fonológicas para os nós terminais sintáticos. Há um debate (MARANTZ, 1997; HARLEY & NOYER, 1999; BORER, 2005 a e b) na área a respeito da fase da derivação em que entra a forma fonológica das raízes: Lista 1 ou Lista 2. A Lista 2 inclui informação sobre as conexões entre conjuntos de morfemas gramaticais e traços fonológicos, que são as regras de inserção. Os itens de Vocabulário competem para a inserção, ganhando a competição o mais especificado quanto aos traços albergados pelo nó onde deverá ser inserido.

A Lista 3 (ou Enciclopédia) lista os significados especiais de raízes particulares em contextos sintáticos específicos, dentro de domínios locais. Não é gerativa (assim como a Lista 2), mas também pode ser expandida.

Os ditados populares, por outro lado, atingem seu propósito na pragmática, ou seja, na medida em que o leitor assumo o seu significado como um conselho. Em relação a este ponto, a gramática da moralidade, ilustrada no quadro 1 tenta explicitar como esse processo pode ser descrito, tal como, paralelamente, assumimos a ocorrência na gramática das línguas. Mikhail (2007) ilustra a moralidade, ou gramática da moralidade, com uma arquitetura de input/output que apresenta um funcionamento semelhante ao da linguagem. E é esta concepção que embasa o conteúdo de conselho, proveniente dos ditados populares, a que estamos fazendo referência.

George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore e Gilles Fauconnier, linguistas provenientes dos estudos em Semântica Gerativa, fundaram a vertente da Linguística Cognitiva por estarem insatisfeitos com o papel da Semântica/Pragmática no modelo chomskiano. No modelo Gerativo de Gramática, o papel gerativo é atribuído somente à sintaxe, e a semântica tem apenas a função de leitura. Quanto à pragmática, é um módulo extralinguístico. Os autores da Linguística Cognitiva, no entanto, tentaram prosseguir na linha cognitivista da teoria gerativa, mas com um viés teórico que promovesse as relações entre sintaxe e semântica, de modo que, nas relações entre forma e significado na teoria linguística, o papel do significado fosse central, ainda que haja um conflito iminente entre esses dois desejos em conjunto.

A Linguística Cognitiva adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas,

bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual. A modularidade, contudo, pode ser atestada como uma realidade com o avanço da psico e neurolinguística, que apontam para a realidade mental dos módulos linguísticos, bem como a atuação do módulo da linguagem isoladamente (LAGE, 2005).

Logo, uma distinção importante entre Cognitivismo e modelos gerativistas diz respeito à perspectiva modular de cognição adotada no Gerativismo em geral, que não se aplica à linguística Cognitiva. Como se sabe, a teoria gerativa postula que o módulo cognitivo da linguagem é independente de outros módulos cognitivos (como o raciocínio matemático, a percepção visual, etc.). Além disso, no domínio da linguagem, reivindica-se a primazia do módulo sintático, que apresenta princípios próprios e independentes daqueles atuantes nos módulos fonológico e semântico. A Linguística Cognitiva, por sua vez, adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual. A modularidade, contudo, pode ser atestada como uma realidade com o avanço da psico e neurolinguística, que apontam para a realidade mental dos módulos linguísticos, bem como a atuação do módulo da linguagem isoladamente.

Se, na teoria gerativa, o significado é concebido como reflexo da realidade, na Linguística Cognitiva, o significado enquanto uma relação entre palavra e mundo é mediado pela cognição. Deste modo, o significado não se apresenta como um reflexo direto do mundo, mas como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Sob essa perspectiva, as palavras não contêm significados, mas orientam a construção do sentido. Deste modo, ignorando o fato de que existe uma semântica que é regular e que orienta para que uma palavra não signifique qualquer coisa, o que é uma realidade: uma palavra não significa qualquer coisa, ainda que tenha uma família de palavras muito grande (conferir a família de palavras da raiz *stru-*, por exemplo: construir, destruir, obstruir e seus nomes derivados).

Os focos de investigação da Linguística Cognitiva dizem respeito aos fenômenos da semântica e da pragmática, diferentemente de qualquer teoria linguística da gramática gerativa, que caracteriza a semântica como uma leitura de peças ou construções sintáticas e não se estabelece como um módulo gerativo, ao contrário da sintaxe.

Para a Linguística Cognitiva, o significado sempre envolve fatores não linguísticos, tais quais as experiências do falante e seu contexto sociocultural. Este modelo, portanto, não ajuda a estabelecer diferença entre expressões idiomáticas e ditados populares.

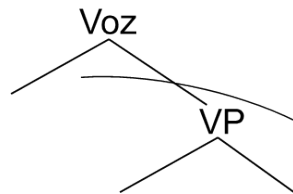
Na medida em que, nos dados mostrados neste trabalho, ficará bem clara a distinção entre ditados populares e expressões idiomáticas, é a Teoria Gerativa a mais adequada, uma vez que declara a separação entre o módulo da linguagem e o da moralidade. Essa separação teórica prevê a distinção entre os saberes morais expressos nos ditados populares e o conhecimento linguístico localizado nas expressões idiomáticas.

3. Expressões idiomáticas e a interface sintaxe-semântica

A seguir, apresentamos dez exemplos de expressões nucleadas pelo verbo. Todas elas ambíguas: existe uma leitura composicional e uma leitura idiomática, que será a única a ser descrita.

- i. catar coquinho: é usada especialmente no modo imperativo. O falante usa esta expressão – “vai catar coquinho” – para encerrar, abruptamente, uma interação discursiva;
- ii. chutar o balde: significa “desistir”;
- iii. entrar pelo cano: significa “falta de êxito”;
- iv. lavar a égua: significa “dar-se bem em uma tarefa difícil ou jogo”;
- v. pagar mico: “encontrar-se em uma situação embaraçosa”;
- vi. picar a mula: “sair intempestivamente de um evento social”;
- vii. pagar o pato: “levar a culpa por erro cometido por outra pessoa”;
- viii. quebrar o galho (a alguém): “dar a alguém uma ajuda não prevista”;
- ix. tomar chá de cadeira: “esperar longamente por um atendimento”;
- x. tocar o bonde: “levar adiante uma tarefa”.

Nestes dez exemplos, vemos que a leitura idiomática da expressão não provém de parte alguma do significado literal, nem do significado literal de qualquer um dos componentes da expressão. O que isso nos ensina é que o modelo de gramática precisa poder demarcar exatamente o constituinte sintático que vai receber a leitura não composicional. Sem essa delimitação sintática muito precisa não há como descrever uma expressão idiomática. Todas as expressões idiomáticas de todas as línguas do mundo se aplicam no interior do domínio sintático que exclui o agente, já desenhado anteriormente e repetido a seguir (MARANTZ, 1997):



Vale a pena ressaltar que sujeitos como *a cobra* e *a vaca* nas expressões a seguir não recebem leitura agentiva, mas sim de tema:

- xi. a cobra vai fumar: “há um perigo de conflito em formação”;
- xii. a vaca foi pro brejo: “um projeto em curso não foi bem-sucedido”.

O importante a notar nos exemplos de i a x é que qualquer sujeito que seja juntado àquelas expressões ganhará sempre uma leitura autônoma, totalmente independente da leitura idiomática. Por outro lado, nas expressões xi e xii, a leitura necessariamente inclui o sujeito – cobra e vaca – com papel temático, obrigatoriamente, não agentivo.

A proposta de Marantz (1997), desta maneira, explica os seguintes fatos observados por ele:

- a. Não há expressões idiomáticas com agentes fixos (a vaca foi pro brejo e a cobra vai fumar são uma *small clause*, portanto, os sujeitos não são agentes);
- b. Não há expressões idiomáticas de passivas eventivas, mas é possível que haja de passivas estativas;
- c. Não há expressões idiomáticas com morfema causativo e verbo agentivo mais baixo, mas é possível haver expressões idiomáticas com morfema causativo e verbo não agentivo mais baixo.

Um segundo ponto importante diz respeito ao aspecto arbitrário do significado das expressões idiomáticas. Um exemplo ideal para ilustrar esta noção é o do exemplo ii. chutar o balde. Na língua inglesa também existe uma expressão idiomática que palavra por palavra é a tradução literal de chutar o balde: *kick the bucket*, que significa “morrer”. Esta comparação entre línguas constitui um argumento favorável para qualquer modelo teórico de gramática que defenda a arbitrariedade do signo, como o da Morfologia Distribuída (MARANTZ, 1997).

Nas sentenças de i a xii, a composição do significado é um cálculo que acontece, exclusivamente, dentro do módulo linguístico, entre os submódulos da sintaxe e da semântica. Questões pragmáticas apresentam-se como secundárias nesta leitura. Esta observação, como se verá na próxima seção, pode não se aplicar quando outros dados forem levados em consideração. É o que passaremos a ver a seguir.

4. Ditados populares e a interface semântica-pragmática

Nesta seção, observaremos alguns ditados populares com vistas a compará-los com o grupo acima. Na paráfrase oferecida, tentaremos resumir o ensinamento moral do ditado. Em todos os casos a seguir, as paráfrases dadas esclarecem o uso moral, segundo Mikhail (2007), apropriado dessas frases segundo circunstâncias muito precisas. A moralidade, aqui, é um conjunto de regras sociais que possuem uma arquitetura inata e universal tal como observamos nas investigações sobre linguagem na Gramática Gerativa. Assumimos que este conhecimento moral faz parte do submódulo gramatical da pragmática, responsável pelo conhecimento de mundo do falante:

- i. “A ocasião faz o ladrão”: o oportunismo é um perigo geral;
- ii. “Roupa suja se lava em casa”: conversas sobre fatos moralmente questionáveis devem ser evitadas publicamente;
- iii. “Uma imagem vale por mil palavras”: numa situação de julgamento moral, a imagem é uma prova mais contundente do que a palavra;
- iv. “A pressa é inimiga da perfeição”: para uma tarefa ser bem sucedida, não pode ser feita apressadamente;
- v. “Em terra de cego, quem tem um olho é rei”: pessoas medíocres, porém espertas podem ter sucesso quando o meio ambiente é de nível baixo;

- vi. “Cão que ladra não morde”: certas pessoas são muito ruidosas, porém são pouco eficientes;
- vii. “Santo de casa não faz milagre”: manifestação de descrença de uma pessoa a respeito da competência de pessoas que lhe são próximas;
- viii. “Quem não arrisca não petisca”: vale como um conselho para ser dado a alguém com o propósito de encorajá-lo a envolver-se em um empreendimento ousado;
- ix. “Quem tem boca vai a Roma”: quem sabe como pedir ajuda poderá alcançar objetivos que lhe pareçam excessivamente ambiciosos;
- x. “O barato sai caro”: situações aparentemente simples podem acabar por causarem muito prejuízo.

Os dados de expressões idiomáticas e os de ditados populares diferem importantemente em dois aspectos: variabilidade gramatical, ou seja, quais módulos são os mais atuantes em suas interpretações; e relevância da interface, em uma teoria que considera fortemente a concepção de modularidade da mente.

A leitura de idiomas e ditados tem êxito em interfaces diferentes do módulo linguístico, e os ditados populares precisam do auxílio do que se conhece por gramática da moralidade. Nas expressões idiomáticas, pode haver usos variados de tempos, modos, aspectos e pessoas: *Eu chutei o balde*, *Você está chutando o balde?*, *Nós não vamos querer chutar o balde*. Esses testes de alteração de constituintes determinada por itens funcionais (de tempo e aspecto, por exemplo) lança luz em outro importante aspecto linguístico desses dois enunciados. Ao contrário de como os itens funcionais podem agir positivamente nas expressões idiomáticas, os ditados são fixos em sua forma, ou seja, as mudanças de forma são possíveis gramaticalmente, porém fica perdido o conselho moral próprio de um ditado popular: **Quem tinha boca ia a Roma*, **Se você tivesse boca, iria a Roma*; **Quem não arriscou, não petiscou*, **Cão que ladrou não mordeu*, **Cão que ladrava não mordida*. Os asteriscos indicam a agramaticalidade moral (regras sociais que infringem regras de comportamento universais) desses enunciados modificados quanto ao modo, tempo ou aspecto verbal. Isso mostra que, apesar de interfaces provenientes do módulo gramatical serem absolutamente necessárias na composição de um enunciado, elas não são suficientes, quando o objetivo diz respeito a aspectos que extrapolam os limites deste módulo. Para isso, os submódulo linguístico precisam estar conectados a outros submódulos a fim de compor outras interfaces, como a notada aqui: semântica-pragmática.

Interessante notar que, mesmo módulos como o da moral, segundo Mikhail (2007, 2009), teriam formulações formais muito semelhantes ao que observamos na linguagem.

Que interfaces estão envolvidas em cada um dos tipos de dados? As expressões idiomáticas são geradas pela sintaxe e lidas por uma semântica não-composicional especial. O lugar onde isso acontece é a interface entre a sintaxe e a semântica. Os ditados populares também são gerados pela sintaxe e lidos pela semântica composicional. Porém, os ditados só ganham relevância em termos de situações morais nas quais a informação contida neles sirva como uma espécie de guia de comportamento para o ouvinte. A interface relevante para este grupo de dados é a da semântica com a pragmática, e é por esta razão que as sentenças deste conjunto são morfossintaticamente rígidas: o módulo pragmática é posterior à gramática e recebe como *input* a sentença semanticamente já lida. A pragmática apenas decide, a partir do significado linguístico composicional, o significado moral.

Outro aspecto interessante para observar na interface semântica-pragmática é aquele em que duas comunidades linguísticas diferentes possuem, no seu acervo cultural, ditados populares semelhantes no aconselhamento moral, porém diferentes no conteúdo lexical.

5. Conclusões

O modelo modular da Gramática Gerativa nos fornece a possibilidade de, separando a sintaxe da semântica e a semântica da pragmática (considerando que a semântica é responsável pela interpretação de um cálculo automático da sintaxe; e pragmática, valores que consideram o conhecimento de mundo), compreender, por um lado, o mecanismo da formação de expressões idiomáticas e, por outro lado, o mecanismo da interpretação de ditados populares. Vimos que as expressões idiomáticas ganham leitura idiossincrásica no âmbito do VP, não incluindo o sujeito com papel temático de agente. O modelo gerativista nos permite dizer que a interface em que isso acontece é a aquela entre a sintaxe e a semântica.

Nos ditados populares, a leitura é literal no âmbito da sentença. Essa construção, enviada para a lista 3, que considera conhecimentos pragmáticos, ganha uma leitura de instrução moral e, aí sim, o falante pode abdicar de certo conteúdo lexical, como nos exemplos “quem tem boca vai a Roma” e “quem não chora não mama”. O falante/ouvinte não precisa considerar o cálculo composicional de “Roma” ou “chorar” e “mamar” para prover uma interpretação para os ditados supracitados. Neste âmbito, a teoria desenvolvida por Mikhail (2007) nos auxilia na

interpretação do conteúdo moral dos ditados populares, pois seu modelo faz um paralelo entre linguagem e moralidade na aquisição de regras universais. Essas regras universais têm aquisição, local e amadurecimento semelhantes nos dois componentes mentais humanos: gramática e moralidade.

A gramática moral seria adquirida pelo desdobramento natural de um programa genético específico, à semelhança da elaboração da aquisição de linguagem na linguística gerativa. Para Mikhail, a mente humana possui atributos inatos que possibilitam e condicionam o aprendizado da gramática em sua totalidade, numa fase conhecida como período crítico de aquisição de linguagem, na infância e moldado de modo limitado pelas características próprias do ambiente de desenvolvimento. Assim, a programação genética humana inclui instruções para a aquisição de um sentido moral, o que explicaria, pelo menos parcialmente, a aquisição pelas crianças de um conhecimento moral inconsciente, como é observado no que diz respeito à linguagem por linguistas gerativistas.

Estes achados nos encorajam para estudos interdisciplinares entre Linguística e Filosofia pautados por um espírito semelhante àquele que, na Língua, autorizou o conceito de Gramática Universal. Esta pequena experiência inicial é um primeiro passo para explorar a pergunta: até que ponto há universais na moral e a partir de que ponto eles diferem da aquisição e comportamento dos universais linguísticos?

Referências

BORER, H. Exo-skeletal vs. endo-skeletal explanations: syntactic projections and the lexicon. In: MOORE, J.; POLINSKY, M. (eds.). *The nature of explanation in linguistic theory*. Stanford: CSLI, 2003, p. 31-67.

_____. *In name only*. Structuring sense, Volume I. Oxford: Oxford University Press, 2005a.

_____. *The normal course of events*. Structuring sense, Volume II. Oxford: Oxford University Press, 2005b.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FODOR, J. *The Modularity of Mind*. Cambridge (Mass): The MIT Press, 1983.

JACKENDOFF, R. The architecture of the linguistic-spatial interface. In BLOOM, P.; PETERSON, M. A.; NADEL, L.; GARRETT, M. F. (Eds.). *Language, speech, and communication*. Language and space. Cambridge, MA, US: The MIT Press, 1996, p. 1-30.

LAGE, A. C. Aspectos neurofisiológicos de concatenação e idiomaticidade em português do Brasil: um estudo de potenciais bioelétricos relacionados a eventos lingüísticos (ERPs). Tese de Doutorado em Lingüística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Lingüística, 2005.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. [et al.] (eds.). University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, v. 4, n. 2, *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, 1997, p. 201-225.

MIKHAIL, J. Universal moral grammar: theory, evidence and the future. *Trends in Cognitive Science*, 11, 143-152, 2007.

MIKHAIL, J. Moral Grammar and Intuitive Jurisprudence: a formal model of unconscious moral and legal knowledge. In ROSS, B.H. (Series Ed.); BARTELS, D. M.; BAUMAN, C. W.; SKITKA, L. J.; MEDIN, D. L. (eds.). *Psychology of Learning and Motivation: Moral Judgment and Decision Making*. San Diego, CA: Academic Press, 2009, p. 27-100

PIAGET, J. A Linguagem e o Pensamento na Criança. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*, 1953. Disponível em: <http://www.bfskinner.org/newtestsite/wpcontent/uploads/2014/02/ScienceHumanBehavior.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.